

CORPOS TRANS E A EDUCAÇÃO: QUEERIZANDO ESCOLAS, EDUCADORES E CURRÍCULOS

Dandara Camélia da Silva Domingues ¹
Marcos Aurélio Dornelas da Silva ²

RESUMO

Este trabalho se propõe a pensar sobre a transfobia no Brasil a partir de uma perspectiva social e educacional. Partimos de dois princípios complementares: primeiro, a escola tem raízes sexistas, indicando lugares distintos para mulheres e homens e, segundo: a educação tradicional, ainda prevalente em nossa sociedade, dita regras de convivências baseadas no pensamento dominante (cis-hetero-patriarcal) que padroniza os corpos. Deste modo, a Teoria Queer, sendo subversiva, busca realizar críticas ao sistema que mantém discursos e justificativas para violentar e indecorar sujeitos trans. O texto foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica exploratória em periódicos, artigos, livros, boletins e dossiês sobre a transgeneridade, o campo da educação e a teoria queer. Ao fim desta produção, espera-se que os resultados apresentados colaborem para uma maximização e aproximação do debate de gênero na educação e na sociedade brasileira, para a humanização de corpos transgêneres e para o aperfeiçoamento do tema nas áreas de educação e da opinião coletiva.

Palavras-chave: Teoria Queer; Transfobia; Transgeneridade; Educação.

INTRODUÇÃO

Falar em um método queer, é pensar em novas roupagens de sujeitos. Queerizar³ esses corpos é dar inteligibilidade às suas vivências e possibilidades as suas identidades. É descrystalizar categorias e arranjos identitários que advogam, historicamente, pela cis-heteronormatividade e que patologizam corpos transgêneres e LGBTQIA+ que experienciam o mundo a partir de outras narrativas não cis-hetero-patriarcais. Descrystalizar é desnaturalizar o que é dito como natural; é entender que o indivíduo não é um gênero colocado compulsoriamente como ontológico, mas que, antes de tudo, ele é a sua história.

A expressão *queer*, conforme refere Salih (2019), é um apoderamento brusco de um termo, primeiro, empregado para ofender, descredibilizar e amoralizar. De acordo com ela,

¹ Graduada pelo Curso de **Licenciatura em Ciências Sociais** da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, e graduanda do Curso de **Psicologia** da Universidade São Judas Tadeu - USJT domingues.dcs@gmail.com;

² Professor orientador Marcos Aurélio Dornelas da Silva: Pós-doutor em Educação, Doutor e Mestre em Sociologia pelo PPGS\ UFPE, Arquivo Público de Pernambuco. madornelas@gmail.com;

³ Queerizar é uma palavra derivada da teoria queer que pode possuir o sentido de “sensibilizar o campo para os aspectos e os efeitos políticos, estéticos e subjetivos” do local cuja teoria é tomada como método de intervenção” (PORTINARI, 2017 p. 2).

Sedgwick (1990) cunha o termo *queer* como "indistinguível, indefinível, instável" (p.19). Para a autora *queer* (1994, citada por SALIH, 2019), "o *queer* é um momento, um movimento, um motivo contínuo - recorrente, vertiginoso, troublant [perturbador]". O termo *queer* rompe com as fronteiras que afirmam que determinadas vivências são abomináveis ou um simples erro da natureza, mas ele também faz parte dessas atrizes e atores sociais. É como diz Louro (2004), que o:

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. *Queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante - homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser integrado e muito menos tolerado. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referências; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do indecidível. *Queer* é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina (LOURO, 2004, p.30).

Dito isto, se sucede um questionamento epistemológico e empírico relativamente ao que há em comum entre o *queer* e o trans e, pode-se, por assim dizer, que são expressões de sentido aproximado. Em outras palavras, são sinônimos que têm como maior afinidade a abjeção social⁴. No Brasil, não há uma tradução ou significado para o termo *queer*; entretanto, alguns neologismos, com origens históricas ofensivas e desumanizadoras, foram incorporados à linguagem coloquial da comunidade LGBTQIA+ e ressificados de forma política. A exemplo disso, temos: "viado", "bixa", "frango", "sapatão", "trava", entre tantos que carregam aproximações existenciais ao sentido que foi dado ao *queer* nos Estados Unidos do final do século 20, visando "ofender pessoas que possuem sexualidade, gênero e estilo de vida diferente do que é socialmente aceito" (SANTOS, OLIVEIRA e SOUZA, 2018, p. 3).

Similarmente às vivências *queer*, há um pensamento coletivo ainda prevalente no seio da sociedade Brasileira, quiçá mundial, de que pessoas trans são excêntricas, marginais, impotentes e frutos de abjeções. Isto é, o típico corpo que merece ser humilhado, desprezado e abandonado socialmente. Jaqueline Gomes de Jesus (2010, 2012) alega que uma das formas mais comuns de abjetar os corpos trans é através da transfobia. Para ela, "transfobia" é quando existe medo, ódio ou repulsa em relação às pessoas trans. Além disso, há a tentativa de aniquilação do outro. Em concordância com a teórica, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2022) reafirma que:

o comportamento transfóbico, em nosso entendimento, diz respeito a quaisquer atitudes inferiorizantes, degradantes ou humilhantes que pode ou não incluir agressões físicas, verbais, simbólicas, materiais, patrimoniais e/ou psicológicas manifestadas com o intuito de violar direitos, negar acesso ou dificultar a cidadania, coibir a livre expressão de gênero, assim como a de negar o reconhecimento da autodeclaração de gênero de travestis, transexuais e demais pessoas trans, quando

⁴ Abjeção seria um território cuja coletividade retira a importância política e social de alguns corpos (DOMINGUES, 2022, p. 32).



sua identidade de gênero for um fator determinante para essas violências ou violações, seja por ação direta ou por omissão (ANTRA, 2022, p. 16, 17).

Uma das formas de disseminação de informações pedagógicas e educativas acerca dos corpos trans, é a partir do Movimento Transfeminista. Para Jesus (2012), foi através do feminismo trans que o conceito de gênero reconfigurou-se, trazendo, assim, novas realidades sociais e visibilizou identidades pessoais e sociais, pensando nos desafios presentes na vida cotidiana de pessoas trans, uma vez que esses agentes são bombardeados pelo machismo e pela violência transfóbica (JESUS, 2012, p. 3, 6). De acordo com ela, o feminismo trans, sendo um movimento intelectual, político e prático, emerge com o objetivo de se desdobrar para reestruturar e redefinir a relação entre gênero e biologia, assim como o sistema de opressões transfóbicas e reconhecer o histórico de lutas de pessoas transgêneras (JESUS & ALVES, 2012. p. 6, 8). Assim, como coaduna Nascimento (2021):

É importante reconhecer, valorizar e divulgar que nós, mulheres transexuais e travestis, somos produtoras de epistemologias. Não somos exemplos exóticos de dissidência de gênero prontos para serem investigados por pesquisadores e demais curiosos de modo geral. Afinal, é nisso que o transfeminismo consiste primariamente: um movimento epistêmico e político feito por e para mulheres transexuais e travestis (NASCIMENTO, 2021, p. 70).

A partir dos debates expostos nestes parágrafos, nota-se que a luta das pessoas trans rumo à emancipação de seus corpos e na construção de uma sociedade aceitável para todes, parece ser perene. No entanto, como já foi bem elucidado aqui, o pensamento transfeminista e *queer* ocasionaram inúmeras mudanças na sociedade. Uma delas foi a reorganização do conceito clássico de gênero e desejo; a inserção de novas roupagens de sujeitos, vistos **em** outrora como *desviantes*, nos movimentos vanguardistas e, também, do questionamento fundamental de quais sujeitos pertencem ao feminismo.

Se o pensamento *queer* emerge com o intuito de transgredir o que está posto, desalinhar as certezas e de não se enquadrar ou reforçar normalidades e categorias identitárias, sua rebelião foi potencial para que outros movimentos, como o transfeminista, seguissem o exemplo. Podemos afirmar que o transfeminismo também é um pensamento que se insere dentro do arcabouço teórico e epistemológico *queer*, ao passo que busca subverter uma ótica tradicional de feminismo e desfaz as ideias clássicas e cristalizadas de mulheridades e de quem pode ser o sujeito do feminismo (JESUS, 2012).

Em suma, o próximo passo a questionar é: como o pensamento *queer* alinhado ao pensamento transgênero (transfeminista) podem ser cúmplices de outros pilares epistemológicos, como a educação, para continuarem desfazendo conceitos e certezas que

ainda marginalizam, educalizam e designam corpos colocados como dissidentes, em outrora designados como *queer*? Como o *queer* pode ser um potencial para pensar em currículos e pedagogias emancipadoras e para afrontar quaisquer levantamentos cis-hetero-patriarcais nos pilares educacionais? Como estes pensamentos podem contribuir com ambientes onde pessoas trans possam ser quem elas são e construir suas narrativas a partir de suas autopercepções e visões de mundo e não de violências simbólicas e físicas transfóbicas?

Tendo dito isto, essa pesquisa possui inegável relevância social, visto que reitera que é de extrema importância que pessoas transgêneres estejam inseridas, inseridos e inseridas de forma adequada nos sistemas escolares e que a pauta de discussão sobre gênero, notando também a sexualidade, esteja incluída no rol das políticas educacionais. Sendo assim, objetiva-se reconhecer como a Teoria Queer, e seus desdobramentos, podem contribuir com um alicerce teórico nos pilares educacionais para se pensar em sujeitos-outros, trans-abjetos e dissidentes que são vitimados\as\es pela violência transfóbica no Brasil. Visa-se, outrossim, contribuir com os alicerces teóricos sobre o teoria *queer*, transfeminismo e as problemáticas da transgeneridade no Brasil e investigar as aplicações do pensamento *queer*, e suas proposições emancipatórias, alinhadas à educação e ao pensamento transgênero, objetivando um campo educacional crítico e de combate aos percalços transfóbicos presentes na rotina de corpos trans.

Admite-se, aqui, que o debate sobre transgeneridade, transfeminismo, teoria Queer e educação, presentes neste trabalho, sejam um ponto analítico para a compreensão da transgeneridade e da importância da discussão desses tópicos para a construção de uma Educação *queerizada* - como via para a emancipação do sujeito transgênero - e para a problematização da cultura de discriminação e da violência transfóbica que é atual e presente em corpos trans-queers. Conforme coloca Freire (1987), a emancipação do oprimido também liberta o opressor.

Por ser uma mulher transgênero e, portanto, produtora de uma epistemologia trans, a autora vislumbra disponibilizar informações coerentes e coesas acerca de sua comunidade para o campo educacional e sociedade em geral, sobretudo com a baixa quantidade de materiais e dificuldade para encontrar referências sobre o tema (sobretudo no arcabouço teórico das ciências sociais) e de salientar o caráter inovador no pensamento *queer* e transfeminista. Espera-se, também, que, ao fim desta produção, os resultados apresentados colaborem para uma maximização e aproximação do debate de gênero na educação para a humanização de corpos transgêneres e para o aperfeiçoamento do tema nas áreas de educação

e da opinião coletiva. Além disso, espera-se apresentar uma linha conceitual fundamentada pelos principais expoentes teóricos do debate de gênero, transgeneridade e da Teoria *Queer*.

METODOLOGIA

O presente trabalho realizou uma pesquisa bibliográfica exploratória em periódicos, artigos, dissertações e livros (que dedicam-se ao debate da transgeneridade, população LGBTQIA+, o campo da educação e a teoria *queer* em boletins e dossiês sobre a população transgênera e LGBTQIA+ do Brasil. Utilizou-se como guia de pesquisa as ferramentas Google Academic, Scielo, catálogo & dissertações da CAPES⁵, livros (físicos e digitais), boletins e dossiês de dados.

A pesquisa bibliográfica tem o desígnio de auxiliar o pesquisador e a pesquisadora na procura por literaturas e obras de relevância para o tema, que já foram publicadas. O pesquisador estará em contato direto com todos os materiais, até então, já desenvolvidos, o que lhe proporcionará maiores esclarecimentos, expansão de conceitos e descobertas de novas informações sobre o seu objeto de estudo. Além de tudo, a metodologia da pesquisa bibliográfica engloba etapas cruciais para o seu desenvolvimento, como indagação, reflexão, análise e interpretação do que está sendo observado, lido e considerado. A revisão é realizada através de diversas fontes permitindo ao observador reinterpretar ou redescobrir distintos pontos dentro de um tema. Em vista disso, necessita-se identificar na revisão bibliográfica pensadores, teóricos e autores que corroboram com o que deseja-se ser dito pelo pesquisador. Gil (2002) é preciso ao pontuar que:

Fica claro que o levantamento bibliográfico é de fundamental importância para a formulação do problema de pesquisa. Todavia, por si só, ele é insuficiente. Requer-se a reflexão crítica acerca dos assuntos estudados, de forma tal que seja possível identificar controvérsias entre os diferentes autores, identificar abordagens teóricas relevantes para o estudo de fenômeno e, se possível, optar por uma abordagem teórica capaz de fundamentar o trabalho. Nesse sentido, torna-se importante discutir esses assuntos com o orientador, com pessoas mais experientes no assunto e também com os colegas, já que estão envolvidos com problemas semelhantes. Os seminários nos cursos de pós-graduação são eventos privilegiados para isso. (GIL, 2002, pág 63).

O trabalho ocorreu em dois momentos: 1. Revisão da literatura para fundamentar o debate sobre gênero, transgeneridade e teoria *queer*, onde foram utilizadas palavras chaves

⁵ CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Trata-se de uma fundação com vínculo no Ministério da Educação que tem por atuação a expansão e alicerce dos programas de pós-graduação stricto sensu do Brasil.

para facilitar a investigação (Gênero, Queer, Transfobia, Transgênero e Educação). As principais teóricas sobre os tópicos citados, são: Guacira Lopes Louro (1997, 2000 e 2001), e Sara Salih (2019). Para os dados e debate atual da transgeneridade, foi tomada a teórica transgênero Jaqueline Gomes de Jesus e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (ANTRA). 2. Houve uma vasta busca sobre a educação e a sua relação com a teoria queer, objetivando uma interseccionalização e a principal teórica, novamente, foi Guacira Lopes Louro (2001). Nas duas etapas foram realizadas revisões e fichamento a fim de construir uma linha teórica coerente e coesa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Guacira Louro (2000), as identidades, sexuais e de gênero, são construídas socialmente e impostas, consciente ou inconscientemente, pela sociedade através de regras, valores, comportamentos, condutas e morais que vão ditar os “padrões de normalidade”. Esses padrões são inundados por significados e a escola se encontra no lugar de promover o equilíbrio em um terreno bastante delicado: de uma lado ela encoraja, disciplina e advoga pela sexualidade e o gênero “normais” e de outro, concomitantemente, ela reprime, regula, contém e renova (LOURO, 2000, p. 17).

O território escolar, sendo importante para a socialização secundária dos indivíduos, ainda é um dos primeiros ambientes quando se trata de locais cuja população LGBTQIA+ é acometida pelo preconceito (LOURO, 2003). Além disso, a escola é precisa para aprendizados cruciais, tais como: formação cidadã, diversidade humana (e o respeito às diferenças e a alteridade) e para a formação da subjetividade das pessoas (MELLO, 2012). Assim, é urgente que no ambiente escolar haja preparo, conhecimento e adequação para que as orientações sexuais e identidades de gênero (sejam elas cisgeneras ou transgeneras. heterossexuais ou homo-bi-pansexuais, etc) sejam igualmente respeitadas e consideradas.

A Flacso Brasil, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e o Ministério da Educação (MEC), lançaram a pesquisa “Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: Por que frequentam?” (2013), cujos dados apontaram que 19,3% dos discentes da rede pública de ensino não desejariam ter um colega de classe cuja identidade de gênero seja transgênero ou travesti, assim como, também estão incluídos aqueles que têm orientações sexuais não hegemônicas (homo, bi, pan, assexual, etc). Outra pesquisa, de nível nacional, sobre os estudantes LGBTQIA+ no ambiente escolar (2016), realizada pela ABGLT



(Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) acusa que 73% dos jovens entre 13 e 21 anos sofreram agressões verbais dentro do espaço escolar, no ano de 2015, apenas por fazerem parte da legenda LGBT. Tais levantamentos, tanto da primeira quanto da segunda pesquisa, revelam que uma discussão ética sobre os mecanismos e ferramentas necessários para a permanência do grupo supracitado é urgente na rotina das escolas brasileiras (GONZAGA & GALLAS, 2019).

Ao reforçar o isolamento e a exclusão de pessoas transgeneres no ambiente escolar, não apenas dificulta o seu acesso, mas também “adia o reconhecimento de suas identidades” não cis-heteronormativas. Conforme diz Louro (2001), os “corpos desviantes” ou “desobedientes das normas” - colocando aqui como referência o sujeito transgênera - recebem como destino, no ambiente escolar, suas identidades sexuais e de gênero postas em segredo, e deparam-se com a segregação e “um lugar incômodo para permanecer”. Em contraste, quando esses “novos sujeitos” com “novas práticas” contestam as normas vigentes e rebelam-se contra a cis-heterossexualização da sociedade, a aptidão “normalizadora” da escola encontra-se ameaçada (LOURO, 2001, p. 542).

A educação, currículos e seus profissionais (educadores) não se inserem fora disso, pois defrontam-se desafiados por questões que antes eram seguras e estáveis. O Queer - como já foi debatido e tomado como expoente deste projeto para uma proposta de educação emancipadora - simboliza o *outro* ou, como diz Louro: “Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2001, p. 546).

A dialética ocidental operante se manifesta através do processo que determina um sujeito que ocupa a posição do *outro*, não como um encontro com o eu (alteridade), mas como o seu oposto (anormal), estando esse *outro* subordinado, sendo sinônimo de inferior, e classificado como estranho, abjeto, aberrativo ou seja, um “sujeito Queer” ou transgênera. Assim, através de seus argumentos, construções e expoentes teóricos, Louro defende que essa lógica deve ser abalada por intervenção de uma metodologia da desconstrução que desordene e desestabilize esses arranjos. Porém, ela afirma que “desconstruir não significa destruir” e utiliza uma palavra que etimologicamente possui o sentido de “desfazer” (LOURO, 2001, p. 548). Dito isso, ela conclui:

Portanto, ao se eleger a desconstrução como procedimento metodológico, está se indicando um modo de questionar ou de analisar e está se apostando que esse modo de análise pode ser útil para desestabilizar binarismos lingüísticos e conceituais (ainda que se trate de binarismos tão seguros como homem/ mulher, masculinidade/feminilidade). A desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação de cada um dos pólos. Trabalhando



para mostrar que cada pólo contém o outro, de forma desviada ou negada, a desconstrução indica que cada pólo carrega vestígios do outro e depende desse outro para adquirir sentido (LOURO, 2001, p. 548).

Assim, este método visa discutir os moldes aos quais o *outro* é produzido e de indagar a estreita conexão desse *outro* com o eu. Aqui:

A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, dos conflitos e das negociações constitutivos das posições que os sujeitos ocupam (LOURO, 2001, p. 550).

Segundo Louro (2001), a pedagogia de um currículo queer deve ser subversiva e provocativa assim com a sua base teórica: a teoria queer. Seu intuito não é criar uma nova forma de sujeito, mas de fazer as Escolas e os indivíduos pensarem sobre as diferentes formas de ser e existir e não impor comportamentos embasados no cis-hetero-patriarcado. Quando se trata das identidades, não há esgotamento subjetivo (JESUS, 2012).

A pedagogia queer objetiva cooperar com o território escolar ao destacar que a suas estruturas e instituições não devem se fixar em polarizações ou modelos únicos de sujeito, ao passo que tal ato segrega, entorpece a diversidade e afasta indivíduos. Não só isso, ela busca, ademais, desestabilizar as estabilidades vigentes nas representações pedagógicas que levam uma ideia de “normalidade” para dentro das salas de aulas, ignorando as questões sociais do aprendizado (NEMI NETO, 2015).

Deste modo, o que está sendo destacado aqui como pedagogia queer, não pretende encontrar:

o método correto ou as perguntas certas, mas sim a possibilidade de questionar nossas práticas ou noções de normalidade e aceitação. Assim como a teoria queer procurou manter-se distante das marcas de gênero associadas aos estudos gays e lésbicos, a pedagogia queer nos proporciona um olhar a todas as pessoas que fazem parte do contingente educacional, sejam elas heterossexuais, homossexuais, bissexuais, assexuais, etc (NEMI NETO, 2015, p. 30).

Um dos modos de exercitar a pedagogia do currículo queer é: I) indagar e provocar padrões de dominação dentro da escola para viabilizar que corpos-outros, transgeneros ou queer tornem-se visíveis; II) Problematizar a estrutura de dominação e normalização do ensino e de seus conteúdos fixos sem abertura ou inclusão da diversidade; III) Trabalhar as

questões sobre identidade, problematizando o lugar da mulher e do homem na sociedade, criticando as fixidez impostas a esses binarismos e estimular o respeito às diferenças; IV) Fomentar um ambiente em que se cultue a cultura da paz. V) Treinar um olhar queer ao promover discussões que elucidem as razões de termos como transgênero e travesti, bissexuais, gays, lésbicas e entre tantos sejam empregados de formas negativas ou como xingamentos e ofensas; VI) Não tratar como tabu ou conteúdos privados, mas viabilizar tais termos para que façam parte da rotina escolar e encontrem espaço no vocabulário educacional e sejam vistos como comuns e não negativos (NEMI NETO, 2015). Ao invés de se tornarem neologismos atribuídos a sentidos pejorativos, um olhar queer é ressignificar esses termos e não ter medo ou repulsa deles.

Ao buscar um olhar queer para as carteiras e assentos escolares, o pensamento queer necessita de ferramentas educacionais para que se torne acessível e compreensível aos alunos. Um dos meios cabíveis e didáticos é a partir da transposição didática, ao levar o saber teórico queer para o conhecimento construído em sala de aula. Dentro desta perspectiva, o docente tem a incumbência elementar de se manter crítico quanto aos recursos indispensáveis para a construção dos conhecimentos do corpo docente e a sua prática didática. Dito isto, “o saber passa por processos de transposição didática, que tem por fim elencar quais elementos, do conhecimento historicamente construído, estão relacionados com as demandas de determinada sociedade e com os objetivos educacionais” (PAGLIOCHI et al., 2019, p. 2).

Ao pensar na transposição didática, sendo a externa responsável pela composição dos currículos e ferramentas didáticas para o espaço escolar, como o livro didático, e a interna que tangencia as mediações pedagógicas em sala de aula, a participação do pensamento queer nas duas intervenções são importantes para o exercício da imaginação sociológica dos estudantes, sobretudo, ao aproximar os conteúdos selecionados e hierarquizados para a sala de aula a realidade da sociedade brasileira (PAGLIOCHI et al., 2019). Isto é, um Brasil miscigenado, étnico-racial, LGBTQIA+ e travesti.

Para além de explorar as tecnologias lúdicas de ensino, como jogos e filmes sobre a diversidade humana dentro dos espaços escolares, conter referências trans-queers no principal recurso utilizado (e como primordial fonte de conhecimento para os discentes) pelos professores no Brasil, o livro didático, democratiza o saber e oferece referências para os corpos transgeneres dentro de um espaço heterogêneo que é a sala de aula. Além do mais, reflete sobre os conteúdos selecionados pelos professores como fundamentais para a construção do saber dentro do espaço educacional.



É fundamental que termos como “gay”, “travesti”, “transgenero”, “lésbica”, “bissexual” entre tantos façam parte do dia-a-dia da escola de forma auspiciosa (NEMI NETO, 2015). Assim, realidades vistas como “forasteiras” e “inadequadas” estarão presentes no cotidiano e serão úteis para o cessamento da violência transfóbica dentro do território escolar e, também, para que haja uma convivência saudável entre os colegas. Dito isto, é importante:

Entender que há pessoas que transitam entre os gêneros, se relacionam com pessoas do mesmo sexo, que não se relacionam sexualmente com outras pessoas, que se entendem como gays, lésbicas, travestis, transexuais... e que essas pessoas não são uma outra vertente diferente da norma, são outras maneiras dentro de uma gama de possibilidades fluidas que a nossa expressão humana nos permite (NEMI NETO, 2015, p. 34).

Em suma, a teoria queer, em aliança com a educação, não oferece meramente uma percepção diferenciada para as questões de gênero e sexualidade, mas um olhar diferente e realista, sem estigmas e estereótipos, da população LGBTQIA+, sendo aqui destacados os corpos transgeneres. Conforme afirma Guacira Louro, “[S]e for compreendido como um movimento ou uma tendência, o queer entraria no currículo para estranhá-lo, quer dizer, para provocar mudanças mais radicais no modo de conceber o conhecimento” (LOURO, 2012, p. 367).

No que tange a transgeneridade, é de total relevância maximizar a visibilidade ao debate epistemológico e prático sobre essas identidades para que, a partir disso, preconceitos possam ser desconstruídos, incorporando, também, novas proporções e delineamentos sobre o que é o ser humano, plural e diverso, nas escolas. Em concordância com Nemi Neto, “a oportunidade de expressar nossas identidades plurais deve fazer parte do nosso cotidiano escolar” (2015, p. 33.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados, é importante retirar a transgeneridade do lugar da violência e exclusão social e visibilizar que esta é uma identidade de gênero presente em todas as fases do desenvolvimento humano de atrizes e atores sociais, sendo, entretanto, tão saudável, possível e concebível do mesmo modo que a cisgeneridade. É valoroso (melhor dizendo que é imediato) dar continuidade aos estudos sobre o gênero e teoria queer, visto que são potentes métodos para descrystalizar estigmas e marginalizações a população trans. Uma das possibilidades que a comunidade trans encontrou para se inserir nesse debate, foi a partir do transfeminismo que, como já foi debatido no referencial teórico, trata-se de um movimento



intelectual, político e prático da comunidade transgênero. Assim como o pensamento queer, esse feminismo busca desdobrar e reestruturar o sistema de opressões transfóbicas (JESUS, 2012).

Ainda há muito o que avançar rumo a uma educação humanizadora e os artigos e publicações sobre o tema debatidos neste projeto, ainda são poucos. A pedagogia do currículo queer visa questionar os arranjos operantes que norteiam as compreensões do gênero e que buscam delinear identidades como fixas e inquestionáveis dentro das escolas. No mais, este estudo objetiva ressaltar que com a ausência da diversidade humana no território escolar e da inclusão, haverá um comprometimento nas identidades individuais e coletivas de pessoas trans.

Queerizar currículos e escolas, significa avançar rumo a uma educação humanizadora e os artigos e publicações sobre o tema ainda são poucos, o que nos traz a tona a necessidade do fomento de mais e mais estudos sobre identidades que precisam ser, a priori debatidas e visibilizadas no território escolar, para a posteriori serem desconstruídas, transpostas e aceitas no cotidianos dos estudantes e, numa escala macro, no seio da sociedade brasileira. Seja transgênero ou queer, há um fato óbvio que os coloca no mesmo lugar: a abjeção social. Espera-se, portanto, que a relevância deste trabalho seja revertida em ferramentas didáticas para a formação de profissionais e alunos\as\es, quiçá em oficinas e palestras, ou publicações em congressos e eventos, que favoreçam a naturalização do pensamento queer e transfeminista nos guias de estudos de quem acredita que a educação deve ser a baliza de uma sociedade igualitária, inclusiva e com justiça social. Ou seja, um modelo de coletividade que não deixe mais ninguém para trás.

REFERÊNCIAS

DOMINGUES, Dandara Camélia Da. Inflexões Emancipadoras na Trajetória da Pessoa Transgenere: Cartografias das Teorizações QUEER Para a Construção de uma “Educação Para Todes”. (Trabalho de Conclusão de Curso). UFPE. Recife (PE), 2022.

DOMINGUES, Dandara C. S; SILVA, MARCOS A. D. Gênero, Transgeneridade e Educação: A Importância do Debate para a Construção de uma Pedagogia (Queer) de Desconstrução e Emancipação. **VII Congresso Nacional de Educação**. CONEDU Online, 2021.

Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. – São Paulo: Expressão Popular, **ANTRA**, IBTE, 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



GIL, Antônio Carlos, 1946. Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002 Bibliografia. ISBN 85-224-3169-8.

GONZAGA, T. M. S. GALLAS, A. K. C. O retrocesso no combate da LGBTfobia no Brasil: o preconceito vivenciado pela população LGBT no ambiente escolar. *Filosofia E Educação*, 11(2), 281–289. 2019.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Revista Cronos*, v. 11, n. 2, 28 nov. 2012.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade. Refletindo sobre o. Labrys. *Estudos Feministas* (Online) , Brasília/Montreal/Paris, v. 1-2, 2002.

_____. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, *Vozes*, 1997. p. 14-36.

_____. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n.2, p. 541-553, 2001.

_____. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 4ª edição. Belo Horizonte: *Editora Autêntica*, 2018. 224 páginas.

_____. Os Estudos Queer e a Educação no Brasil: articulações, tensões, resistências. Contemporânea - *Revista de Sociologia da UFSCar* , v. 2, p. 363-369, 2012.

MELLO, Luiz. FREITAS, Fátima. PEDROSA, Cláudio. BRITO, Walderes. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. *Bagoas*. n. 07, p. 99-122, 2012.

NASCIMENTO, Leticia. Transfeminismo. *Editora Jandaíra*, 2021.

NEMI NETO, J. Questões de identidade(s) de gênero(s) e orientação sexual: uma abordagem através da Pedagogia Queer. *Revista Espaço Acadêmico*, 14(168), 27-34. 2015.

PAGLIOCHI et al. Investigação dos processos de transposição didática interna e externa do conteúdo “misturas” para o ensino médio. *Anais da III Semana das Licenciaturas*, Curitiba, out., 2019.

PORTINARI, Denise. Queerizar o Design. *Arcos Design*. Rio de Janeiro, Edição especial Seminário Design.Com, Outubro 2017, pp. 1-19, ISSN: 1984-5596.

SALIH, S. Judith Butler e a Teoria Queer. Belo Horizonte: *Autêntica*, 2019.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Epistemology of the closet. Berkeley, University of Califórnia Press, 1990.

SANTOS, Kerlon de Souza; OLIVEIRA, Yann Souza de; SOUZA, Rose Mara Vidal de. Percorrendo a origem, ascensão e evolução da Teoria Queer. Intercom – *Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – Joinville - SC, 2018.